

## NICOLAU DE CUSA (1401-1464)

Leandro Konder

**H**á exatamente seiscentos anos, nasceu Nicolau Krebs, ou Henneskrebs (algo como Joãozinho Caranguejo), em Cues (Cusa), aldeia próxima de Trier, no sul da Alemanha, região do rio Mosela.

Seu pai era barqueiro, transportava mercadorias, no rio, até Koblenz. Um dia, segundo uma história antiga, o pai teve uma discussão com o filho e, irritado, jogou-o para fora do barco. Assim teria começado para Nicolau - que saiu de casa - uma vida de muitos estudos e numerosas viagens.

Protegido pelo conde de Ulrich de Manderscheid, ao qual permaneceu grato durante toda a sua vida, Nicolau foi mandado para Deventer, na Holanda, onde cursou a escola dos Irmãos da Vida Comum. Aos 16 anos, ingressou na Universidade de Heidelberg. Depois, em 1423, formou-se em Direito pela Universidade de Pádua, na Itália.

Como cristão, Nicolau não podia deixar de acompanhar com enorme apreensão os conflitos que caracterizavam o “Grande Cisma do Ocidente” (1378-1417), período no qual vários Papas, representando diversas correntes, disputavam uns com os outros a cátedra de Pedro, que lhes conferiria o poder de orientar os cristãos no mundo inteiro. Nesse período, a hierarquia da Igreja

sofreu forte influência dos reis da França e da Inglaterra, países que estavam envolvidos na chamada “Guerra dos Cem Anos” (1337-1453).

Em Roma, em 1425, Nicolau entrou em contato com a atividade de Bernardino de Siena, orador extremamente vigoroso, de cujos sermões Nicolau chegou a dizer que extraíam fogo de carvões apagados (*ex mortuis carbonibus ignes*).

Ficou, na época, bastante impressionado, também, com o Papa Martino V, que emergia vitorioso da crise que a Igreja acabara de atravessar e assumia o comando da hierarquia com firmeza e habilidade.

Resolveu investir toda a sua energia intelectual e moral a serviço da causa da Igreja. Foi para Köln (Colônia), em cuja universidade estudou Teologia, para em seguida ser ordenado sacerdote. Já como padre, passou a trabalhar como subordinado do cardeal Giordano Orsini, legado apostólico na Alemanha.

Estimulado pelo cardeal Orsini, dedicou-se à busca de textos literários antigos, capazes de ampliar o quadro de referências dos homens cultos. Vivia-se, na época, a convicção humanista de que a expressão cultural do passado, mesmo da cultura pagã, precisava ser resgatada para revitalizar a consciência cristã. Como cristão e como humanista, Nicolau acreditava que, por ser verdadeira, a doutrina do cristianismo se fortaleceria com a recuperação de preciosos elementos de verdade da cultura antiga, eventualmente esquecidos.

Nicolau descobriu, em velhas bibliotecas de conventos, escritos importantes do pensador judeu Moisés Maimônides (1135-1204) e doze comédias do escritor latino Plauto (254 aC-184 aC), entre as quais a peça *Miles Gloriosus*.

Entre as amizades que Nicolau fez estavam Leonardo da Vinci e o cientista Paolo Toscanelli, que inspirou a Cristóvão Colombo a viagem que resultou no descobrimento da América pelos europeus. Estava também Lorenzo Valla (1407-1457), crítico arguto, polêmico, que viria mais tarde a merecer a admiração de Erasmo de Rotterdam, por sua luta em prol da elegância da língua latina e contra o empobrecimento do latim pela literatura escolástica.

Apesar de perceber as diferenças existentes entre a personalidade do amigo e a sua, Nicolau recomendou-o vivamente ao Papa, dizendo que se tratava de um homem cultíssimo e de um amigo muito especial (*doctissime vir; amice singularissime*). O Papa contratou Lorenzo como seu secretário. Logo, porém, o amigo de Nicolau scandalizou a Cúria Romana com um texto decididamente epicurista (*De Voluptate*), que lhe valeu a perda do emprego. O episódio é lembrado por críticos que censuram Nicolau por ter recomendado Lorenzo. Paolo Rotta, por exemplo, na primeira metade do século XX, ainda reclama: “levado pela admiração que dedicava ao escritor e ao crítico Valla, Nicolau descuidou-

se e deixou de considerar o lado moral do homem” (Rotta, 1942: 17). Outra avaliação do evento, entretanto, é possível: Nicolau, homem de rigorosos princípios éticos, que jamais foram questionados por seus contemporâneos ou pela posteridade, recusava-se a adotar uma linha de policiamento moralista em sua relação com as pessoas.

No Concílio de Basiléia, em 1432, Nicolau se destacou como defensor da tese segundo a qual, nas grandes decisões, capazes de determinar o destino da Igreja, a assembléia conciliar não podia deixar de ter uma autoridade superior à do Papa. O privilégio da infalibilidade, que Cristo concedeu à Igreja, não poderia ser reconhecido ao Sumo Pontífice pessoalmente e só poderia ser atribuído ao Concílio.

Na ocasião, o Papa (Eugênio IV) não ficou satisfeito com a posição assumida pelo filósofo. Nos anos seguintes, contudo, Nicolau procurou esclarecer que sua concepção “democrática” da direção da Igreja se combinava com a preocupação de assegurar a unidade dos cristãos.

Nesse período, escreveu e publicou o livro *De Concordantia Catholica*, no qual explica que a seu ver “só pode haver concordância entre diferenças”: não se pode falar em concordância onde não há diferenças. Por outro lado, numa instituição como a Igreja, as diferenças são legítimas mas a concordância - a unidade! - é essencial. Quando o Concílio de Basiléia voltou a se reunir, em 1437, Nicolau surpreendeu os bispos e se tornou, em nome da preservação da unidade da Igreja, um enérgico defensor do Papa Eugênio IV.

A preocupação com a unidade da Igreja era enorme, porque a época era vivida como um tempo extremamente ameaçador. Mas a unidade não poderia se basear no recurso exclusivo à coerção ou em mentiras e falsificações. *De Concordantia Catholica* repudiava a justificação do poder temporal do Papa através da pretensa “doação de Constantino”, documento cuja falsidade viria a ser demonstrada em 1440 por seu amigo Lorenzo Valla.

O Papa, feliz com o apoio de Nicolau, enviou-o em missão diplomática a Atenas, com a delicada incumbência de preparar um entendimento entre os cristãos do Oriente e os do Ocidente, com o objetivo de promover uma reunificação de toda a cristandade.

Essa viagem lhe fortaleceu a crença de que, para assegurar a unidade do cristianismo, era preciso se apoiar na sua universalidade, mas sem eliminar artificialmente a sua diversidade interna: a religião é una na diversidade dos ritos (*religio una in rituum diversitate*).

Para fundamentar teoricamente essa convicção, escreveu e publicou em 1440, o livro *De Docta Ignorantia*, onde expôs as bases da sua teoria do conheci-

mento, que, conforme sustenta seu principal biógrafo, Edmond Vansteenberghe, são as bases do seu sistema filosófico.

Em 1448, o novo Papa, Nicolau V, que havia sucedido Eugênio IV, nomeou Nicolau de Cusa cardeal e, três anos depois, mandou-o como legado apostólico para a Alemanha e regiões vizinhas. Vansteenberghe faz uma minuciosa reconstituição das atividades do legado no desempenho da sua missão: em Salzburgo, em Viena, em Munique, em Nuremberg, em Amsterdam, em Colônia, em Bruxelas, em Frankfurt/Main, em Louvain e em diversos outros lugares (Vansteenberghe, 1963).

Em geral, era recebido com homenagens, acolhido em ambientes luxuosos, porém preferia se instalar em condições modestas. Proibiu que os padres cobrassem por confissões ouvidas e por absolvições concedidas, o que lhe valeu bastante popularidade entre os humildes.

Sua firmeza ao enfrentar os poderosos ficou comprovada na ocasião em que se contrapôs a ordens do duque Siegsmund, do Tirol, na Áustria. O duque era assessorado por Gregorius de Heimbürg, inimigo do legado apostólico: chegou a mandar suas tropas cercarem o cardeal na sede do seu bispado. O Papa - que então já era Calixto III - intercedeu e conseguiu criar condições para que Nicolau regressasse à Itália.

Nos últimos anos de vida, tornou-se um dos interlocutores mais influentes do novo Papa, seu amigo pessoal Enéas Silvio Piccolomini, que se tornou Papa e adotou o nome de Pio II. Vivia sempre de maneira muito modesta e era cioso de sua independência intelectual (o que o levava às vezes a discussões acaloradas com o Sumo Pontífice).

Morreu em 11/8/1464, em Todi, a caminho de Ancona, para onde ia a fim de encontrar o Papa, seu amigo.

## *Obra*

A preocupação central da reflexão de Nicolau de Cusa é a da combinação da unidade com a diversidade, a interdependência dos opostos, a *coincidentia oppositorum*. Se nos falta a compreensão da unidade, do todo, perdemos-nos na contemplação inócua da fragmentariedade do real e naufragamos no relativismo, que mata no ser humano a capacidade de ter convicções suficientemente fortes para empreender grandes ações. Se, contudo, nos prendemos a uma visão do todo, da unidade, que não é capaz de incorporar a riqueza inesgotável das diferenças de que se compõe a realidade, estamos certamente empobrecendo nossa compreensão do real.

Nicolau nos impressiona, mais de cinco séculos após a publicação de seus escritos, por sua *modéstia metodológica*. Na introdução de seu ensaio *Da Doutra Ignorância*, pede ao cardeal Giuliano que seja indulgente ao ler suas “concepções talvez muito canhestras” e suas “extravagâncias desajeitadas” (Cusa, 1979: 35).

Não podemos deixar de observar, ainda, que ele adotou freqüentemente a forma do diálogo em seus escritos. Na Idade Média, é claro, havia diálogos, porém eles careciam de vivacidade, se desenvolviam em condições comprometidas com o pressuposto da esmagadora superioridade de um interlocutor sobre o outro. Nicolau, entretanto, abre espaço para que algumas contradições sejam reconhecidas como irresolvidas.

É estranho que Hegel, em sua *História da Filosofia*, não fale de Nicolau de Cusa. Seria interessante ver como o autor da *Fenomenologia do Espírito* reagiria em face do pensamento do autor da *Doutra Ignorância*. Se, por um lado, Nicolau de Cusa pode ser considerado um precursor de Hegel, um antecipador da dialética hegeliana, como já observaram diversos críticos (inclusive Cassirer), ele adota, por outro lado, uma concepção diferente da de Hegel, no que se refere ao absoluto e às contradições.

Primeira diferença: na ontologia de Nicolau de Cusa a questão do conhecimento tem um peso maior (e uma maior complexidade) do que na ontologia de Hegel. Segunda diferença: com a distinção entre o absoluto humano e o Absoluto em Deus, o Cusano flexibiliza o absoluto humano e tende a flexibilizar também a nossa maneira de lidarmos com as contradições, próprias da nossa realidade terrena, já que a referência maior (e mais exigente) a uma totalidade rigorosa seria o inalcançável Absoluto em Deus. Em Hegel, a maior valorização do absoluto em escala humana (a dimensão divina está necessariamente embutida nele) tende a exigir um ordenamento mais rigoroso (em compensação menos flexível) das contradições. A idéia de que a Verdade é o Todo impõe ao movimento do pensamento hegeliano na articulação das contradições certa dureza que os conceitos de “nexus” e de “eventualidade”, na perspectiva de Nicolau de Cusa, em princípio poderiam evitar.

Foi, talvez, pensando em Nicolau de Cusa que o filósofo espanhol Tierno Galván sustentou que o diálogo renascentista dá conta de uma “estrutura de convivência” e leva os interlocutores a compreender que as coisas poderiam ser diferentes, poderiam surpreendê-los. O diálogo renascentista estaria ligado, assim, ao reconhecimento da força da “eventualidade” (Tierno Galván, 1969: 17). A “eventualidade” manifesta a irredutibilidade do real ao saber humano.

Os diálogos de Nicolau incitam o pensamento a se libertar da camisa de força dos esquemas doutrinários enrijecidos. Os quatro diálogos reunidos sob o título de *O Idiota* têm como protagonista um homem aparentemente simples, que - socraticamente - suscita questões. Num deles (*De mente*), lê-se que precisamos meditar sobre os limites da nossa razão e da nossa mente. E se sugere que a palavra “mente”, em latim “mens”, deriva de “mensurare” (medir). A razão, portanto, teria a atribuição de medir e dar nome às coisas, uma atribuição sem dúvida muito importante, mas limitada, incapaz de se abrir para a percepção da dimensão da *infinitude* do real.

A razão e a ciência trabalham com os dados que nos são proporcionados pela nossa percepção sensorial, superam a mera sensibilidade e operam com “conjecturas”, que são válidas, porém se servem do “discurso”. E o “discurso” não pode, por sua própria natureza, ultrapassar as fronteiras do finito.

Em outro diálogo, *De Deo abscondito* (O Deus Oculto), Nicolau antecipou preocupações pascalianas. Um não cristão pergunta delicadamente a um cristão como era o Deus para o qual o cristão se dirigia em suas orações; para sua mais viva perplexidade, ouve do outro a resposta: “não sei”. Em seguida, o cristão lhe explica que qualquer representação de Deus será sempre inevitavelmente, uma construção humana. “Quem acha que sabe, na realidade, sabe menos do que aquele que sabe que ignora” (Cusa, 1942).

Nosso conhecimento é comparativo, é aproximativo. Movemo-nos num mundo no qual tudo pode ser mais, ou menos, do que é. “Nada neste mundo é tão exato que não possa ser concebido com maior exatidão; nada é tão reto a ponto de não poder ser mais reto; nada é tão verdadeiro que não possa ser ainda mais verdadeiro”. No entanto, no âmbito do “Máximo Absoluto”, que não pode ser excedido por coisa alguma, as comparações não fazem sentido. E as “aproximações”, em sua “mensurabilidade”, não têm nenhuma razão de ser.

Nossa razão se desenvolve em função da nossa necessidade de lidar com o nosso mundo finito, inevitavelmente povoado de contradições; os seus limites são os da finitude. Intuímos, contudo, a existência de Deus, o “Máximo Absoluto”, que abrange tudo, é uno e não comporta oposições. Até para podermos pensar criticamente nossas limitações e nossa relatividade, necessitamos - por contraste - da referência a Deus, ao Ilimitado, ao “Máximo Absoluto”.

Nossa mente, nossa razão, nossa ciência precisam de uma “assimilação contínua” do real, porque a realidade está sempre ao mesmo tempo se revelando a nós e nos escapando. Ao procurarmos conhecê-la, nos defrontamos com o que está sempre além de nós e que tem a ver com certa percepção de que estamos ligados a Deus. Essa percepção é chamada por Nicolau de “intelecto”,

de “noésis” e de “sapientia”. Num de seus últimos diálogos, *De Venatione sapientiae*, ele escreveu: “Um apetite que pertence à nossa natureza nos impele não só em direção à ciência, mas também em direção à sapiência, que é uma ciência que tem sabor”.

Deus – como advertia Mestre Eckhart - é anterior à nossa capacidade de medir e de dar nome às coisas. Por isso, ao dizermos que Ele é grande ou ao Lhe aplicarmos qualquer termo, já O estamos reduzindo a menos do que Ele é: algo que Nicolau designa como o “Máximo Absoluto”.

A rigor, a própria expressão “Máximo Absoluto” não dá conta do que é a infinitude de Deus. Ela serve, porém, para o pensador acentuar tanto a diferença essencial como a unidade decisiva entre o Infinito em Deus e o infinito (mesclado à finitude) que é acessível ao ser humano. É através do contraste com o Infinito em Deus que o pensamento de Nicolau “faz de todo o finito uma realidade tensa, agitada pelo movimento de reconquista da totalidade a que pertence” (Ballester, 1970: 17).

Curiosamente, é da idéia da inescotabilidade do mundo e da sua permanente mobilidade que Nicolau conclui que a Terra não poderia ser imóvel. Antecipando-se a Copérnico e Kepler, que depois o leriam com admiração, o autor da *Douta Ignorância* escreveu: “A figura da Terra é móvel e esférica, seu movimento é imperfeitamente circular” (Cusa, 1979: 156). Sua teoria do conhecimento lhe permitia debruçar-se sobre a realidade natural com um espírito observador menos preconceituoso e mais livre do que o dos seus contemporâneos, em geral.

A originalidade mais notável da perspectiva de Nicolau, segundo Maurice de Gandillac, está na sua “idéia, incessantemente retomada, de múltiplas formas, de uma imanência total do infinito no finito” (Gandillac, 1942: 52). Essa concepção do infinito resulta numa enérgica valorização da sua presença no caminho dos homens.

É bem possível que Walter Benjamin tenha pensado em Nicolau de Cusa quando escreveu: “uma das maiores conquistas do Renascimento na vida espiritual foi a descoberta do infinito” (Benjamin, GS II, 2: 210). Também podemos supor que a idéia da imanência total do infinito tenha contribuído para que a historiadora Helene Vedrine o considerasse “sem dúvida o pensador mais original do século XV” (Vedrine, 1974: 27).

O infinito acima de nós, ligando-se diretamente ao infinito em nós, torna-se um elemento fundamental na nossa relação com os outros no mundo finito em que vivemos. Nós, seres humanos, não nos limitamos a trazer complementos mútuos *extrínsecos* uns aos outros: dependemos dos nossos próxi-

mos para descobrirmos a infinitude do que já está dentro de cada um de nós. Em nós se cruzam o finito e o infinito, em mais uma manifestação do princípio da *coincidentia oppositorum*, que Cassirer considera o princípio fundamental da sua filosofia (Cassirer, 2001).

A natureza humana é apenas um pouco inferior à natureza dos anjos (Cusa, 1979: 178). “O homem é como Deus, mas não de modo absoluto, porque é homem. É, portanto, um Deus humano”. O infinito que nos é acessível é diferente daquele que intuímos confusamente que deve ser o infinito em Deus; no entanto, é infinito. Cada um de nós pode percebê-lo e cada um o perceberá à sua maneira. O infinito está dentro de cada um e, por sua natureza, “toda parte do infinito é infinita” (Cusa, 1979: 105).

Essa percepção da universalidade da condição humana em sua diversidade se traduz, para Nicolau, em uma disposição que hoje não hesitaríamos em chamar de “ecumênica”. Cada pessoa, como “criatura”, independentemente de sexo, comunidade étnica e religião, pode compreender a dimensão da infinitude na sua experiência pessoal, no seu mundo, e pode perceber a presença, dentro dela mesma, da infinitude divina (ainda que na forma de infinito “contraído”).

Em Deus, a unidade é pura; no mundo, ela é necessariamente unidade na diversidade. Na unidade do mundo, todos os seres existem em potência e em ato (como ensinava Aristóteles), mas também em conexão (*nexus*) de uns com os outros. Em contraste com a imobilidade de Deus, no mundo todos os seres se movem, interligados, impelidos por um “movimento de conexão amorosa, que impulsiona todas as coisas no sentido da unidade” (Cusa, 1979: 148).

O Infinito em Deus é unidade e ao mesmo tempo é trindade: o Deus uno e trino foge ao domínio da “explicação” (*explicatio*) da razão e da ciência, e só começa a ser intuído a partir da abertura do espírito ao reconhecimento da “complexidade” (*complicatio*) que abre espaço para uma atitude de respeito à infinitude. Deus é recebido no modo e segundo o grau permitidos pela “contingência” (Cusa, 1979: 111).

Nicolau, coerente com essa maneira de entender a relação de cada “criatura” com Deus, se empenhava em buscar no Antigo Testamento e no Corão elementos que mostrassem convergências entre cristãos, judeus e muçulmanos em torno de um Deus uno e trino (Santinello, 1987: 115). Chega a sonhar com um imenso Concílio, que reuniria cristãos, judeus, muçulmanos, persas e tártaros (Gandillac, 1942: 43).

Em *De Pace Fidei* (1453), no ano mesmo em que os turcos assumem o controle de Constantinopla, Nicolau reafirma sua convicção de que, na medi-



da em que nenhuma organização religiosa pode se presumir completamente conhecedora da infinitude de Deus, todas elas devem se sentir comprometidas com o diálogo, o respeito mútuo e a tolerância.

Não se pode, evidentemente, ignorar as “contingências”, os limites do horizonte histórico-cultural em que se movia o filósofo. Na defesa apaixonada da unidade da Igreja, ele apoiou em alguns momentos medidas de marginalização de judeus na Europa central e respaldou ações indubitavelmente intolerantes contra os “heréticos” seguidores das idéias do tcheco Jan Huss (queimado em 1415). Cumpre evitarmos difundir uma imagem “embelezada” ou “heroicizada” do pensador.

Devemos reconhecer, contudo, que o que predomina amplamente na perspectiva de Nicolau de Cusa, tal como ela se manifesta na sua obra, é um movimento que aponta na direção do que hoje designariamos como *pluralismo*.

A obra de Nicolau de Cusa certamente merece ser revisitada, seiscentos anos após o nascimento e quinhentos e trinta e seis anos após o falecimento do seu autor. De quantos autores contemporâneos algum crítico poderá dizer a mesma coisa quando (e se) a humanidade chegar ao ano de 2536?

*Leandro Konder é Professor da PUC-Rio*

### **Referências bibliográficas**

BALLESTERO, Manuel. *La Revolución del espíritu (tres pensamientos de libertad)*. Madrid: Siglo veintiuno, 1970.

BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1979.

CASSIRER, Ernst. *Indivíduo e Cosmos na Filosofia do Renascimento*. Trad. João Azenha Jr. e Mario Eduardo Viaro. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CUSA, Nicolau de. *De la docte ignorance*. Trad. Moulinier, Introd. Abel Rey. Paris: Ed. de la Maisnie, 1979.

\_\_\_\_\_. *Oeuvres choisies*. Trad. Maurice de Gandillac. Paris: Aubier, 1942.

ROTTA, Paolo. *Niccolò Cusano*. Milão: Fratelli Bocca, 1942.

SANTINELLO, Giovanni. *Introduzione a Niccolò Cusano*. Bari: Laterza, 1987.

TIERNO GALVAN, Enrique. *Razón mecánica y razón dialéctica*. Madrid: Tecnos, 1969.

VANSTEENBERGHE, Edmond. *Le cardinal Nicolas de Cues*. Frankfurt/Main: Minerva, GMBH, 1963.

VEDRINE, Helene. *As Filosofias do Renascimento*. Lisboa: Europa-América, 1974.

### ***Resumo***

Em sua teoria do conhecimento, o cardeal Nicolau de Cusa, um dos pensadores mais importantes do século XV, desenvolveu suas idéias a respeito da inevitabilidade das contradições humanas e defendeu a necessidade de um amplo diálogo. Ele queria aproximar, para fins de melhor compreensão recíproca, cristãos, judeus e muçulmanos.

### ***Palavras-chave***

Nicolau de Cusa, teoria do conhecimento, contradições humanas, compreensão recíproca.

### ***Abstract***

In his theory of knowledge, the cardinal Nicolas of Cues, one of the most important thinkers of the 15<sup>th</sup> century, developed his ideas about the inevitability of human contradictions and sustained the necessity of an enlarged dialog. He wanted to bring together, for a most effective mutual understanding, christians, jews and moslems.

### ***Key-words***

Nicolas of Cues, theory of knowledge, human contradictions, mutual understanding.